

PARECER N.º 12/CITE/97

Assunto: Despedimento de trabalhadora lactante - ESCOLA DE CONDUÇÃO ..., L.DA (artigo 30.º do Dec.-Lei n.º 136/85, de 3 de Maio, aditado pelo Dec.-Lei n.º 332/95, de 23 de Dezembro)

1. OBJECTO

- 1.1. Em 07.05.97, a CITE recebeu da Escola de Condução ..., L.da, com sede em Coimbra um ofício requerendo o parecer a que se refere o art.º 18.º-A da Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, aditado pela Lei n.º 17/95, de 9 de Junho, e respectivo processo de despedimento colectivo de dois trabalhadores daquela Escola, dos quais um é a trabalhadora lactante, ...
- 1.2. A entidade patronal fundamenta o despedimento colectivo de dois trabalhadores na necessidade de redução de pessoal, pelo facto de se ter verificado um decréscimo de inscrições de alunos naquela escola nos últimos dois anos.
- 1.3. A selecção dos trabalhadores a despedir baseou-se em critérios de menor antiguidade no posto de trabalho, com idêntico conteúdo funcional na categoria profissional e na empresa.

2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO

- 2.1. Estabelece o art.º 17.º n.º 1 do Dec.-Lei n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro, que "a entidade empregadora que pretende promover um despedimento colectivo deve comunicar por escrito" (aos trabalhadores ou seus representantes) "a intenção de proceder ao despedimento".
- 2.2. Refere a alínea a) do n.º 2 daquele mesmo preceito que "a comunicação a que se refere o número anterior deverá ser acompanhada da descrição dos respectivos fundamentos económicos, financeiros ou técnicos".
- 2.3. Ora, a entidade empregadora não demonstrou, por exemplo, através do balanço e contas de gerência a existência de qualquer prejuízo económico-financeiro na empresa que fundamente a necessidade de reduzir o seu pessoal em 2 trabalhadores, o mínimo exigido para despedimentos colectivos em empresas com menos de 51 trabalhadores, como é o caso da que promove o despedimento.
 - 2.3.1. Aliás, a empresa apresenta o relatório de actividades e contas de 1996 da Associação Nacional dos Industriais do Ensino de Condução Automóvel (ANIECA) e não o seu.
- 2.4. Também, a selecção dos trabalhadores que a empresa pretende despedir não está em consonância com os critérios que para o efeito indicou, pois a trabalhadora ... é mais antiga, no posto de trabalho, na categoria profissional e na empresa do que os trabalhadores ... e ..., além de ter mais habilitações que eles conforme consta do mapa de pessoal.
- 2.5. Tais circunstâncias são configuráveis com uma situação de discriminação em função do sexo por motivo da maternidade, violando o preceituado no art.º 3.º n.º 1 do Dec.-Lei n.º 392/79, de 20 de Setembro.

3. CONCLUSÃO

- 3.1. A CITE considera que:

- 3.1.1. Não foi demonstrado qualquer prejuízo económico e financeiro que justifique a redução de pessoal na ESCOLA DE CONDUÇÃO ..., L.DA.
- 3.1.2. Não foi efectuada correctamente a selecção do pessoal a despedir de acordo com os critérios indicados para o efeito pela empresa.
- 3.1.3. A trabalhadora ... está a ser objecto por parte da entidade patronal de discriminação em função do sexo por motivo de maternidade, violando o estabelecido no art.º 3.º n.º 1 do Dec.-Lei n.º 392/79, de 20 de Setembro.
- 3.2. Em face do exposto, a Comissão não é favorável ao despedimento da trabalhadora lactante ...

**APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO DA
CITE DE 4 DE JUNHO DE 1997**